

(Ciber)Bullying: revisão sistemática da literatura

(Cyber)Bullying: systematic literature review)

Vitor Gonçalves

CIEB, Centro de Investigação em Educação Básica
Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
vg@ipb.pt

Cátia Emanuela Augusto Vaz
Ciências da Educação e Supervisão
Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
catia.vaz@ipb.pt

Resumo

A sociedade oferece-nos um mundo de benefícios e outros tantos malefícios. Neste trabalho abordaremos um desses malefícios: o bullying. Estudar o fenómeno do bullying, e em particular do cyberbullying, é crucial face à sua relevância e complexidade, pelo que se considera importante investigar medidas e incentivos, projetos e iniciativas, e outros contributos para a sensibilização e educação para a mitigação deste problema social. Por conseguinte, metodologicamente, este trabalho correspondeu a uma revisão sistemática da literatura de artigos científicos, dissertações e teses armazenadas nas principais bases bibliométricas com vista a responder de forma clara à seguinte questão de investigação: que medidas têm vindo a ser utilizadas nos últimos 5 anos para reduzir a prática do bullying e do cyberbullying? Entre outros, os resultados sugerem a carência de formação específica para as comunidades educativas e apontam para a necessidade do controlo da família no uso das redes sociais pelas crianças e adolescentes.

Palavras-chave: bullying, cyberbullying, prevenção, malefícios da Internet.

Abstract

Society offers us a world of benefits and many others harms. In this work we will address one of these harms: bullying. Studying the phenomenon of bullying, and in particular cyberbullying, is crucial given its relevance and complexity, which is why it is important to investigate measures and incentives, projects and initiatives, and other contributions to raise awareness and education to mitigate this social problem. Therefore, methodologically, this work corresponded to a systematic review of the literature of scientific articles, dissertations and theses stored in the main bibliometric databases in order to clearly answer the following research question: what measures have been taken be used in the last 5 years to reduce the practice of bullying and cyberbullying? Among others, the results suggest the lack of specific training for

educational communities and point to the need for family control in the use of social networks by children and adolescents.

Keywords: bullying, cyberbullying, prevention, harms of the Internet.

Introdução

Hoje, em todo o mundo, verifica-se que a agressão no espaço escolar entre pares é um problema bastante significativo que ganha cada vez mais e maiores dimensões sendo denominada de bullying escolar. Como problema mundial que é, o bullying pode ocorrer em toda e qualquer escola, não se restringindo a nenhuma específica e, nem mesmo, a nenhum nível em particular. A escola é, pois, um dos contextos em que, nos dias de hoje, onde o bullying mais se faz sentir, uma vez que é um espaço onde se reúnem muitas crianças.

É uma problemática não de hoje, mas de sempre, com a única diferença que antigamente se acreditava (quase sempre erradamente) que este fenómeno não passava apenas de meras brincadeiras entre alunos nas escolas e, nos últimos anos, tem ganho cada vez mais e maiores proporções.

Após consulta do Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English (2000), verificou-se que um bully, palavra que está na origem da formação do termo bullying, é «uma pessoa que utiliza a sua força ou poder para amedrontar ou magoar aqueles que são mais fracos» (p.149). Consultando o APA Dictionary of Psychology (VANDEBOS, 2007, p.139) o conceito de bullying adquire o significado de ser um «comportamento ameaçador e agressivo persistente direcionado às pessoas, especialmente aqueles que são menores ou mais fracos».

Até ao momento, não existe uma palavra exata em português que traduza literalmente o sentido original dos termos bullying e cyberbullying, no entanto não é, por isso, que estes deixam de ser graves e de grande relevo no mundo em geral e, especificamente, em Portugal.

Por conseguinte, clarificar os conceitos de bullying e cyberbullying é um dos objetivos primeiros deste artigo. Para além dos tipos de bullying (físico, verbal,

sexual e psicológico), podemos incluir, nestas duas últimas décadas, o cyberbullying, uma vez que a Internet está recheada de condutas e conteúdos ilícitos, nocivos e, muitos deles, completamente falsos. O envio de mensagens de correio eletrônico e as redes sociais favoreceram a proliferação deste tipo de conteúdos inadequados. Estudar o fenómeno do bullying, incluindo a tipologia do cyberbullying, é, pois, crucial face à sua relevância e complexidade na sociedade atual, pelo que se considerou importante apresentar também algumas medidas e incentivos, projetos e iniciativas, e outros contributos para a sensibilização e educação para a minimização deste problema social. De seguida, apresentaremos também a metodologia que pautou este trabalho, ou seja, uma revisão sistemática da literatura de artigos científicos, dissertações e teses armazenadas nas principais bases bibliométricas (nomeadamente Web of Science e Scopus), que se resumiu nas seguintes etapas: (i) formulação da questão; (ii) localização dos estudos nas bases bibliométricas; (iii) avaliação e seleção dos estudos, (iv) análise e síntese; e (v) relato sobre os resultados. Assim, esperamos que este estudo possa responder de forma clara à questão de investigação: “Que medidas relevantes têm vindo a ser utilizadas nos últimos anos para reduzir a prática do bullying e do cyberbullying?”. Desde já podemos afirmar que os resultados sugerem a carência de formação específica para as comunidades educativas (alunos, professores e encarregados de educação) que forneçam estratégias de interação e de utilização responsável da Internet. Estes apontam ainda para a necessidade do controlo da família no uso das redes sociais pelas crianças e adolescentes.

Refira-se ainda que, apesar da revisão da literatura incidir nos últimos 20 anos, preocupar-nos-emos em responder à questão de investigação com as medidas e projetos mais relevantes e recentes, não descurando obviamente a importância de outras iniciativas de menor escala.

Metodologia

A metodologia adotada foi a revisão sistemática da literatura de artigos científicos, dissertações e teses armazenadas nas principais bases bibliométricas, tais como

Web of Science e Scopus. Esta metodologia pode ser resumida nas seguintes etapas: (i) formulação da questão; (ii) localização dos estudos nas bases bibliométricas; (iii) avaliação e seleção dos estudos; (iv) análise e síntese; (v) relato sobre os resultados.

e seleção dos estudos; (iv) análise e síntese; (v) relato sobre os resultados.

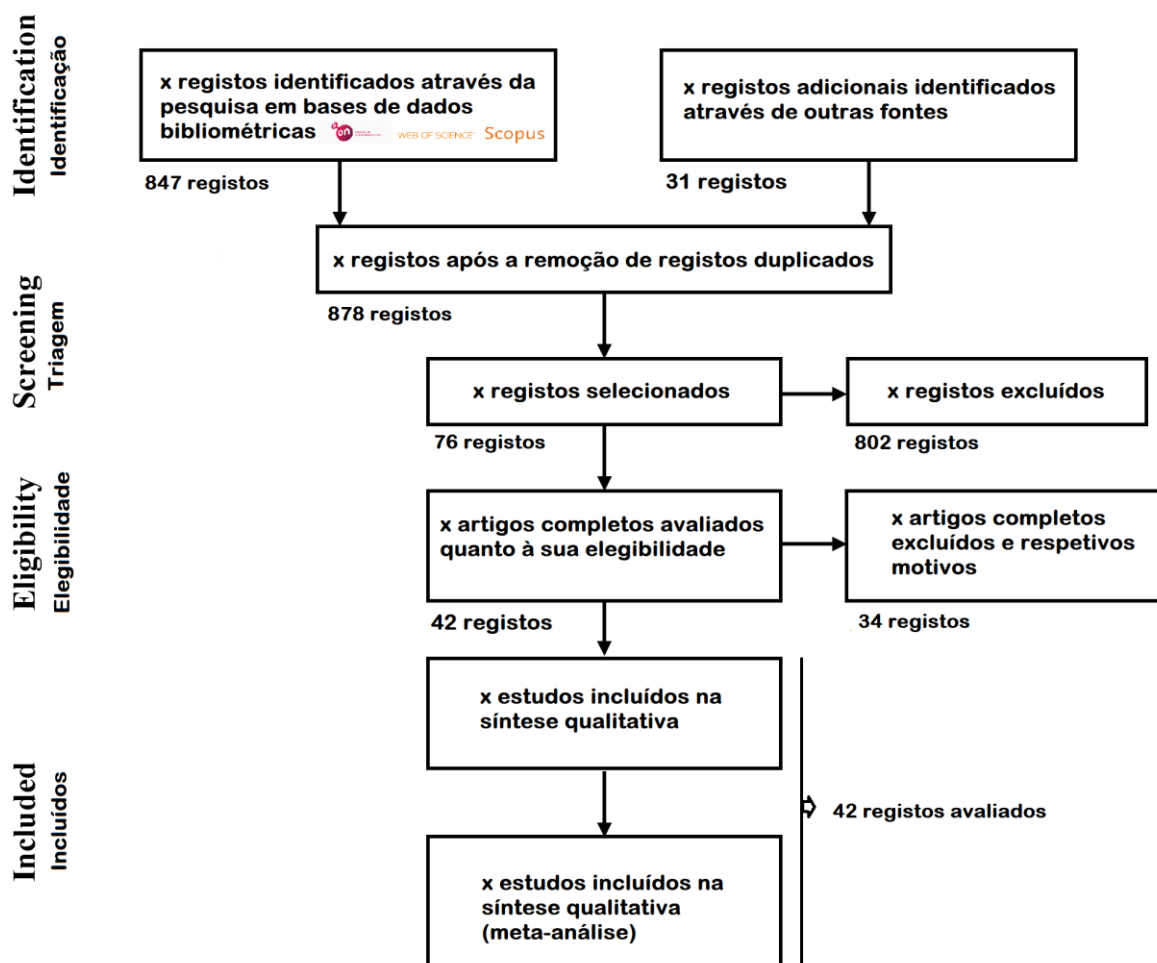


Figura 1: Etapas da revisão sistemática de literatura

Fonte: elaboração própria, adaptado de The PRISMA Group (2009)

A revisão sistemática da literatura, que não descurou a leitura de alguns dos livros mais relevantes na área, permitiu-nos reunir alguns dos estudos mais relevantes sobre a temática do bullying, utilizando as bases de dados mais pertinentes como principais fontes e métodos de identificação, de seleção e de

análise sistemáticos, com intuito de se realizar uma revisão crítica e abrangente da literatura. O processo de sistematização na revisão teve como objetivo fortalecer o estudo evitando as desvantagens que ocorreriam numa revisão simples ou não sistemática. Algumas revisões podem incluir meta-análise a fim de aumentar o poder estatístico da pesquisa primária, contudo esta revisão sistemática não inclui meta-análise, isto é, os estudos primários foram integrados de forma resumida, mas a sua integração não foi combinada estatisticamente, ou seja, correspondeu a uma revisão sistemática qualitativa (LOPES & FRACOLLI, 2008).

No sentido de proceder à síntese qualitativa dos 42 registros documentais completos elegíveis e incluídos, correspondentes aos últimos 20 anos, as principais questões que nortearam o nosso estudo foram as seguintes: que medidas têm vindo a ser utilizadas para reduzir a prática do bullying? Nesta questão houve particular preocupação para perceber que medidas têm vindo a ser utilizadas para reduzir a prática do cyberbullying. Tentaremos, portanto, apresentar possíveis respostas a estas questões através de uma análise reflexiva sobre o que se tem escrito e discutido sobre esta temática, enquadrando e realçando as atitudes e o papel que as tecnologias têm vindo a representar não apenas como facilitador deste tipo de bullying, mas principalmente como mecanismo para combater este flagelo.

Refira-se que não é apresentada uma lista dos registros documentais uma vez que a grande maioria corresponde às referências bibliográficas referidas neste artigo.

Revisão Sistemática da Literatura: Bullying e cyberbullying

Tal como referido, a revisão sistemática da literatura permitiu-nos reunir alguns dos estudos mais relevantes. Por conseguinte, verificamos que se assinala o início do desenvolvimento do estudo e intervenção na área do bullying com os trabalhos do Professor Dan Olweus, na Universidade de Bergen na Noruega (1978 a 1993) e com a Campanha Nacional Anti-Bullying nas escolas norueguesas (1993). Neste mesmo ano, Olweus definiu o conceito de bullying afirmando “um aluno está a ser agredido

ou vitimado quando ele ou ela está exposto, repetidamente e ao longo do tempo, a acções negativas da parte de um ou mais alunos”.

Segundo Ramírez (2001) a designação de “fenómeno bullying” é uma forma de conduta agressiva, intencional e prejudicial, cujos protagonistas são jovens alunos.

Em 2006, Piedra, Lago & Massa referiram-se ao conceito de bullying como sendo uma violência continuada, física ou mental guiada por um indivíduo ou grupo em idade escolar e dirigida a outro indivíduo também em idade escolar que não é capaz de se defender a si próprio e esta interação ocorre no espaço escolar.

Para Pereira et. al (2011), o tema é definido “por comportamentos agressivos de intimidação ao outro e que resultam em práticas violentas exercidas por um indivíduo ou por pequenos grupos, com carácter regular e frequente” (p.16). Seguindo esta linha de análise, a agressividade é identificada pela intencionalidade de magoar alguém que é alvo de prática agressiva (PEREIRA, 2008).

De acordo com Villa Gil (2020) “o bullying é um fenómeno complexo, difícil de etiquetar previamente de forma protocolizada, porque as causas podem ser diversas” (p.10). O mesmo autor acrescenta que nem todos os investigadores utilizam a mesma classificação de comportamentos relativos ao bullying, no entanto, o mais lógico é distinguir entre diferentes tipos de maltrato como verbal, o físico, o psicológico, o sexual, o psicológico (social) e o exercido através da internet o chamado cyberbullying.

Conforme Barton (2006) a forma física inclui comportamentos como bater, puxar, esmurrar, apertar o pescoço, estragar coisas dos outros, cuspir, enfiar num caixote do lixo ou na sanita, atirar-lhe coisas, entre outros. Da forma verbal constam atos como o ameaçar, provocar, chamar nomes, depreciar as origens (raça, condições socioeconómicas, família, entre outros.), importunar, chantagear, gozar com alguma característica específica, envergonhar, humilhar, entre outros. A forma sexual expressa-se por fazer afirmações relativamente à sexualidade ou a questões sexuais, tocar inapropriadamente, ameaçar ou provocar que sejam no sentido de assédio sexual, entre outros. A forma psicológica/social consiste em espalhar

rumores, ostracizar ou quaisquer comportamentos de exclusão (excluir de jogos, brincadeiras, almoços, entre outros), fazer com que os outros pareçam imbecis, burros, idiotas ou ridículos, destruir relacionamentos das vítimas de propósito, entre outros. Por último, o cyberbullying corresponde a comportamentos de bullying expressados através das novas tecnologias, como os smartphones, as salas de chat da Internet, o Facebook, o Instagram, entre outros, para por exemplo mandar emails maldosos, mensagens instantâneas, criar páginas web para gozar com alguém ou com a sua aparência, roubar uma identidade cibernética para se fazer passar pela pessoa, entre outros.

Através da prática do cyberbullying a vítima não fica exposta apenas a um grupo limitado, dentro do espaço escolar, mas sofre repercussões de agressão e humilhação perante centenas de pessoas da rede mundial de computadores.

O cyberbullying não se limita ao espaço escolar, podendo, tal como refere Rodrigues (2013), ter continuidade fora do espaço físico escolar, uma vez que a vítima pode estar sempre contactável através das diversas tecnologias da informação e comunicação.

Contrariamente às outras formas de bullying, onde normalmente todas as pessoas podem estar no local e assistir às agressões, o cyberbullying pode ampliar o fenómeno já que os insultos e agressões podem ser filmadas e/ou publicadas online, muitas vezes sem conhecer a própria vítima.

Tomando por base a classificação de Rodrigues (2013), o Centro Internet Segura e a SeguraNet navegar em Segurança; podemos identificar oito tipos de cyberbullying:

- Manifestação de ódio (flaming): ódio emitido através do envio de mensagens virtuais;
- Assédio (harassment): disseminação de mensagens ofensivas, rudes e insultuosas;
- Difamação (denigration or defamation): páginas web com expressões difamatórias ou comentários depreciativos virtuais para intencionalmente denegrir ou difamar alguém;

- Representação (impersonation): apropriação da conta de alguém para enviar mensagens, representando-a ao fazer-se passar por ela de modo a denegrir a sua imagem;
- Exposição (outing): partilha de informações confidenciais ou segredos online de terceiros, incluindo imagens incómodas (sexting);
- Embuste (trickery): persuasão de alguém para revelar segredos ou informação embaraçosa e depois partilhá-la online;
- Exclusão (exclusion): exclusão de alguém de forma intencional de uma lista online correspondente a um grupo de discussão, de um jogo ou de um fórum de discussão;
- Ciber-perseguição (cyberstalking): envio repetido de mensagens que incluem assédio ou ameaças físicas ou mesmo que provocam medo e insegurança.

A cada uma das categorias acima referidas, Seixas, Fernandes & Morais (2016), citando Nancy Willard (2005), referem corresponder diversos tipos de ações, comportamentos e condutas, geralmente conhecidos por palavras ou expressões de origem anglo-saxónica. Relativamente às formas de disseminação identificam as seguintes: através de todos os meios de comunicação digital e de publicação na web; através de e-mails (comunicação assíncrona enviada para um sujeito ou grupo de sujeitos; através de blogs; através de grupos de discussão; através de salas de chat (comunicações síncronas de grupo na web; através de plataformas e aplicações de partilha de fotos e/ou vídeos; através de programas de mensagens instantâneas; através de trocas de mensagens para smartphones, tais como, o Facebook, o Messenger, o Whatsapp, o Snapchat, entre outros; através de mensagens de texto/multimédia (SMS ou MMS, enviadas por telemóvel); através de chamadas telefónicas provocadoras, ameaçadoras, realizadas através de telemóvel; através de jogos online para múltiplos jogadores, entre outros.

Retirar o acesso à internet ou aos dispositivos que permitem esse acesso não nos parece ser a solução, já que acabará por ser assumido como um castigo pela vítima. A atenção, e até o controlo não exagerado, evitando comprometer a interação social da vítima enquanto elemento de determinados grupos da sociedade onde pretende ser reconhecida, será certamente uma posição mais adequada. É

verdade que o estado de ansiedade e os constantes pensamentos se centram nas agressões, humilhações e outros comportamentos similares por via digital, pelo que o professor e os pais devem estar atentos a estes sinais de alerta (SEIXAS, FERNANDES, & MORAIS, 2016).

Com o intuito de sensibilizar para as questões do cyberbullying, a Direção-Geral da Educação (DGE) tem vindo a promover diversas atividades, das quais se destaca o curso de formação online "Bullying e Ciberbullying: Prevenir & Agir (II)", em formato MOOC (Massive Open Online Course), no âmbito do Centro de Sensibilização SeguraNet e da Equipa de Educação para a Saúde.

Autores como Raimundo & Seixas (2009) e Ramírez (2001) enquadram as diferentes formas de bullying em duas formas de atuação: a direta e a indireta. Sendo que a agressão direta envolve o tipo físico e o verbal, e da agressão indireta constam os tipos psicológico e o cyberbullying. O bullying direto compreende ataques diretos sobre a vítima como por exemplo bater, chamar nomes, ameaçar e o bullying indireto comporta o isolamento social, ou exclusão intencional do grupo e a indiferença.

De forma sumária pode dizer-se que no bullying direto as vítimas são atacadas diretamente e no bullying indireto encontram-se ausentes.

De acordo com Ramírez (2001), o bullying não se trata de um episódio esporádico, pode durar semanas, meses e também anos.

O bullying parece ser muitas vezes uma forma de agressão continuada, durante um longo período, mas os investigadores ainda não conseguiram determinar o período necessário para que tenha impacto sobre o bem-estar da vítima, ou seja, ainda não determinaram o tempo necessário para se considerar bullying (Barton, 2006).

Para completar esta linha de análise não poderíamos deixar de mencionar Rigby que, em 1998, propôs a identificação de sete aspetos que permitem o reconhecimento deste fenómeno, respetivamente: “um desejo inicial de magoar; o desejo exprimir-se numa acção; o facto de alguém ser magoado; o bullying ser

dirigido por uma pessoa ou grupo de pessoas mais poderoso contra alguém de menor poder; não ter justificação; ser um acto repetitivo e evidencia divertimento”.

Quanto aos intervenientes neste fenómeno complexo, o mesmo admite três tipos: os agressores, as vítimas e as testemunhas, a quem a literatura atribui perfis, embora alguns autores defendam que as características que lhes são atribuídas se devam relativizar (LAGO, MASSA & PIEDRA, 2006; BARTON, 2006; AMADO & FREIRE, 2002).

O agressor é, normalmente, o aluno considerado o mais forte e temido pelos mais fracos. De acordo com os estudos de Lago, Massa & Piedra (2006), os agressores do sexo masculino são mais prevalentes do que as agressoras (numa proporção de três para uma), costumam possuir uma constituição física forte, embora esta característica não seja uma constante. Num prisma de personalidade, o perfil que se sugere é o de um sujeito agressivo, geralmente violento com os que considera cobardes e fracos. São impulsivos, têm falta de empatia para com a vítima e não têm sentimentos de culpa. Consideram-se líderes, possuem uma autoestima elevada e considerável capacidade de afirmação.

Relativamente ao aproveitamento escolar, Ramírez (2001) refere que os agressores têm baixo rendimento escolar e frequentemente não acompanham o ritmo de aprendizagem da turma, revelando uma certa atitude negativa perante a escola.

A vítima é o sujeito submetido à maldade dos agressores sendo mais fraco do que estes.

Segundo Lago, Massa e Piedra (2006), em geral aceita-se que em termos de género, a prevalência divide-se igualmente pelos dois sexos, embora, alguns autores refiram que existem mais rapazes agredidos por bullying do que raparigas. Normalmente, caracteriza-se a vítima como uma pessoa com constituição física de aspeto frágil, por vezes, poderá ter de algum tipo de incapacidade ou «defeito». Em termos de perfil de personalidade, apresentam-se como pessoas tendencialmente tímidas, retraídas e isoladas socialmente. De acordo com a revisão bibliográfica realizada, tudo indica que tem sido pouca a investigação feita com o propósito de se

caracterizar o tipo de pessoas mais suscetíveis de se tornarem vítimas de bullying. No entanto, para Barton (2006), algumas investigações apontam para que exista alguma semelhança entre os agressores e as vítimas, na medida em que ambos têm dificuldade em lidar com os problemas. As vítimas revolvem os conflitos evitando-os ou fugindo e os agressores usam meios agressivos.

No dualismo relacional de vítima e agressor surge uma terceira personagem, as chamadas testemunhas que perante as vítimas podem vir a tornar-se num eixo de apoio ou de indiferença e são sujeitos que também são afetados pela agressividade.

Autores como Amado & Freire (2002) aludem que os observadores/testemunhas perante os episódios de agressão presenciados e nos quais revelam impotência para intervir mantêm inicialmente uma atitude impávida e condescendente que, futuramente, se refletirá no seu desenvolvimento social e moral, valores como a solidariedade e cooperação serão praticamente extintos ou pouco evidentes nestas crianças. No entanto, não se pode proceder a uma generalização, pois existem observadores que, pela sua sensibilidade, apresentam sintomas de sofrimento e incompreensão acerca deste fenómeno.

A passividade das testemunhas funciona com uma forma defensiva para evitarem serem eles os próximos alvos de agressão «enquanto o fizerem a outro não o fazem a mim», normalmente receiam ser as próximas vítimas (Lago, Massa & Piedra, 2006).

As quatro atitudes de um observador perante uma agressão, conforme Smith & Sharp (1994), que não podíamos deixar de mencionar, são: a participação, o apoio passivo, a rejeição passiva e o enfrentamento.

Os atos de agressão direcionados a colegas podem ser praticados e presenciados em diferentes locais escolares e como problema mundial que é, o bullying pode ocorrer em toda e qualquer escola, não se limitando a nenhuma específica e neste sentido vão existir os chamados locais específicos de bullying, ou seja, locais onde este fenómeno ganha mais expressão.

Para Pereira et. al (2011), é nos espaços exteriores à sala de aula, especialmente nos recreios escolares e nas imediações da escola, que estas situações têm maior expressão, comparando com quaisquer outros espaços como a sala de aula, corredores ou o caminho de ida e volta para a escola.

Quando não existem e não se fazem intervenções contra o bullying, todo o ambiente escolar fica profundamente afetado sendo múltiplas as consequências que advêm deste fenómeno e que afetam simultaneamente a vítima (aluno vítima), o agressor (aluno agressor) e os alunos que testemunham as situações de bullying (alunos observadores) (AMADO & FREIRE, 2002).

Em relação ao aluno vítima, as situações de ameaça frequente no ambiente escolar, baixam-lhe a autoestima e a autoconfiança, a noção de controlo sobre o meio, levando-o muitas vezes a refugiar-se no silêncio e na não-participação, podendo ainda tornar-se em agressor, refugiar-se em grupos rivais, alterar o seu comportamento para agradar aos agressores e deste modo integrar-se no seu grupo, mesmo que isso implique renunciar a valores pró-escolares (idem).

Segundo Lopez (2006), a vitimização assume especial relevo quando a vítima é criança, uma vez, que a personalidade está em formação e poderá trazer consequências como a diminuição da motivação académica, da participação nas atividades escolares, o aumento do receio em frequentar a escola. A criança vitimizada tenderá a adoecer com mais frequência que as outras crianças, a ter problemas de sono, de alimentação e manifestações psicossomáticas (dores, pesadelos, diarreia, entre outros).

No que diz respeito ao aluno agressor, as situações de agressividade trazem graves consequências pessoais e sociais. Interiorizando um modo de lidar com os outros baseado no uso da força e de outros tipos de poder, a sua personalidade e o seu modo de estar na sociedade poderá ser marcada com reflexos muito negativos na idade adulta. A incidência de problemas de delinquência neste tipo de jovens é bastante superior à daqueles que não apresentam este tipo de comportamento (OLWEUS, 2000; AMADO & FREIRE, 2002).

Os alunos observadores são igualmente afetados, uma vez que, se as situações se repetem frequentemente, acabam por se sentir impotentes para intervir tornando-se assim indiferentes e tomando atitudes de distanciamento e de não intervenção ativa em situações que causam sofrimento ao outro, o que se vai refletir no seu desenvolvimento sociomoral e na criação de uma sociedade em que cada elemento se «preocupe» com o bem-estar de todos os outros (idem).

Evitar as consequências que afetam os diferentes intervenientes no fenómeno de bullying, não será tarefa fácil, mas se todos os que rodeiam as crianças, desde os pais em casa, passando pelos amigos, professores e auxiliares nas escolas estiverem atentos a possíveis sinais que podem despontar o fenómeno, será, pois, uma mais-valia.

Neste sentido as crianças ou os adolescentes que são vítimas de bullying podem apresentar vários sinais tanto ao nível da escola como em casa. Assim, ao nível da escola e de acordo com Amado e Freire (2002) podem ser encontrados sinais primários, tais como: serem ridicularizados, ameaçados, chamarem-lhes nomes, serem dominados, estarem sujeitos a brincadeiras e risadas de modo ridicularizante, serem empurrados, pontapeados, espancados, serem envolvidos em brigas onde assumem uma atitude perfeitamente defensiva e de onde se tentam afastar, os seus bens, como por exemplo, o material escolar, são muitas vezes espalhados, escondidos ou destruídos, aparecem com ferimentos, cortes, com roupa rasgada sem explicação; e sinais secundários como: o isolamento e a exclusão do grupo de pares durante os intervalos, serem os últimos a ser escolhidos para jogos de equipa, tentam ficar próximo do professor ou de outros adultos durante os intervalos, terem dificuldades em falar em frente à turma, mostram ao mesmo tempo ansiedade e insegurança, parecerem angustiados, infelizes, deprimidos e podem apresentar uma súbita ou gradual deterioração nos estudos.

De acordo com os mesmos autores, no que diz respeito aos sinais de alerta em casa estes podem igualmente ser primários, como: chegar da escola com a roupa rasgada, com os livros estragados ou ainda com ferimentos e cortes sem explicação natural, ou secundários como: o facto de não levarem colegas da turma

ou outros amigos para casa, não terem amigos com quem partilhar o tempo livre, não serem convidados nem organizarem festas, estarem receosos ou relutantes em ir para a escola, terem pouco apetite, repetidas dores de cabeça e de estômago, escolherem um percurso pouco lógico para ir e vir da escola, sono desassossegado, com pesadelos frequentes, desinteresse pelos trabalhos escolares, com conseqüente mau aproveitamento, infelizes, tristes, deprimidos, com mudanças repetidas de humor e podem pedir ou desviar dinheiro à família para dar aos agressores.

Mas, tal como acontece com a vítima, o agressor também apresenta sinais de alerta. Assim podem ter grandes necessidades de dominar e vencer através do poder ou da ameaça e da submissão, são impulsivos, zangam-se facilmente e têm baixa tolerância à frustração, geralmente são opositoristas, provocadores e agressivos para com os adultos, são vistos como duros, não são ansiosos ou inseguros e aparentemente têm uma opinião relativamente positiva de si próprios, envolvem-se precocemente em outros comportamentos antissociais, são populares entre os colegas e no que respeita a aproveitamento escolar podem estar na média, acima ou abaixo da média nos primeiros ciclos de escolaridade (OLWEUS, 2000).

Na atualidade, são cada vez mais os autores a investigar o fenómeno bullying, incluindo o cyberbullying, principalmente o que decorre nas escolas entre alunos (PEREIRA, SILVA & NUNES, 2009) e que corroboram a sua existência. Em Portugal num estudo realizado com uma amostra de 200 alunos em escolas publicas das áreas urbanas e rurais do norte do país (PEREIRA, ALMEIDA, VALENTE & MENDONÇA, 1996) constatou-se que 21% dos alunos referiram já ter sido agredidos por colegas e 18% afirma já ter tido um comportamento agressivo. Carvalhosa (2009a) construiu um modelo para a relação entre o bullying e a perceção do suporte social, em amostras nacionais representativas de estudantes Austríacos, Lituanos, Noruegueses e Portugueses. Os resultados mostraram que, para Portugal e dentro da escola, em comparação com aqueles que não estão envolvidos em situações de bullying, as vítimas e os bully/vítimas relataram menores níveis de suporte social dos seus colegas, e os bullies e os bully/vítimas relataram

menores níveis de suporte social dos seus professores. Fora da escola, as vítimas relataram menores níveis de suporte social dos amigos e os bullies relataram menores níveis de suporte social da família, do que os do grupo não-envolvidos. Também outros autores (Formosinho, Taborda & Fonseca, 2008) correlacionaram o envolvimento em situações de bullying com outras formas de comportamento antissocial (CARVALHOSA, 2009a). Ainda sobre estudos em Portugal destacam-se os de Carvalhosa e Sales (2009a) – “A situação do bullying nas escolas portuguesas” e “Violence in Portuguese schools” (2009b); Caetano, Freire, Simão, Martins e Pessoa (2016) – “Emoções no Cyberbullying: Um estudo com adolescentes portugueses”; Marques (2017) – “Jogo de luta e bullying no recreio escolar como distinguir entre Jogo de Luta e Luta a Sério no recreio escolar para uma intervenção consciente”; Pereira (2002) – “Para uma escola sem violência. estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças; Pereira - Recreios escolares e prevenção da violência: dos espaços às actividades”; Pereira, Silva e Nunes (2009) – “Descrever o bullying na escola: estudo de um agrupamento de escolas no interior de Portugal”; Pereira, Costa, Melim e Farenzena (2011) – “Bullying escolar: Programas de Intervenção Preventiva” e os de Vaz (2019) – “Jogos antibullying: A percepção dos professores e educadores portugueses”.

Em termos legislativos em Portugal, não há um crime específico para caracterizar o bullying. Porém, existem diversos instrumentos jurídicos destinados a combater o fenómeno, por exemplo: a lei correspondente ao Estatuto do Aluno e da Ética Escolar, de acordo com a DGE (2012) a lei nº 51/2012 corresponde ao Estatuto do Aluno e da Ética Escolar, que determina direitos e deveres dos alunos. Os deveres do aluno previstos na lei visam a prevenção de comportamentos e atitudes que possam ser associados ao bullying. Neste caso, o agressor incorre em infração disciplinar podendo ser-lhe aplicadas medidas disciplinares corretivas, tais como: advertência, tarefas e atividades de integração escola e sociedade, mudança de turma e outras medidas disciplinares sancionatórias, consideradas mais gravosas (registo da repreensão, suspensão, transferência e expulsão da escola). A lei também determina o dever dos pais ou responsáveis de educar e conscientizar seus

filhos sobre a violência escolar, principalmente no que diz respeito à relação professor-aluno. Também devem prelecionar o poder da colaboração para que todos convivam em um local em que haja segurança e que sejam preservadas as integridades física e psicológica de todos. Ressaltava-se ainda a importância da atuação do diretor do agrupamento de escolas conforme descrito no Estatuto do Aluno que “perante situação de perigo para a segurança, saúde, ou educação do aluno, designadamente por ameaça à sua integridade física ou psicológica, deve [...] diligenciar para lhe pôr termo, pelos meios estritamente adequados e necessários e sempre com preservação da vida privada do aluno e da sua família, atuando de modo articulado com os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto do aluno” (artigo 47.º, n.º 1), solicitando, se for o caso, “a cooperação das entidades competentes do setor público, privado ou social” (n.º 2). O diretor “deve comunicar imediatamente a situação à comissão de proteção de crianças e jovens com competência na área de residência do aluno ou, no caso de esta não se encontrar instalada, ao magistrado do Ministério Público junto do tribunal competente” (n.º 3). Constata-se assim que em Portugal, o disposto no Estatuto do Aluno constitui uma importante manifestação do “dever de vigilância” e do “dever de cuidado” dos menores entregues à guarda das escolas durante o seu período de funcionamento letivo, tal como vem sendo entendido pelos tribunais portugueses

Em 2019, foi criado o Despacho n.º 8404-C/2019 que visa a criação do Grupo de Trabalho denominado «Escola Sem Bullying. Escola Sem Violência».

Resultados

Dada a complexidade dos fenómenos bullying/cyberbullying têm-se exigido cada vez mais propostas eficazes e diversificadas no que à prevenção dos fenómenos diz respeito.

Para a prevenção da violência e indisciplina nas escolas, Amado & Freire (2002), identificam três frentes de ação: a prevenção primária (intervenção por antecipação), a prevenção secundária (intervenção precoce); e prevenção terciária (intervenção face aos casos persistentes).

Pereira et al. (2011) e Fisher (2012) demonstraram que para prevenir o fenômeno do bullying é necessário envolver toda a comunidade escolar. As intervenções na escola devem envolver ações intersectoriais, pois de acordo com diversos estudos, são mais eficazes.

Neste sentido, campanhas de prevenção e conscientização acerca dos malefícios da prática do bullying e cyberbullying têm sido realizadas todos os anos em muitas escolas com o objetivo de traçar estratégias para combater os atos de hostilidade e de provocações entre os alunos.

No que diz respeito a medidas implementadas nos últimos anos para reduzir a prática do bullying e do cyberbullying em Portugal o Ministério da Educação lançou, em 2019, um Plano de combate ao bullying e ao cyberbullying, apostando na sensibilização, na prevenção e na definição de mecanismos de intervenção em meio escolar, com o envolvimento de vários serviços. Este Plano tem associada a campanha “Escola Sem Bullying. Escola Sem Violência”, que está disponível para todos os alunos, famílias e escolas.

Destacam-se ainda um conjunto projetos e suas medidas do âmbito da promoção segura da Internet, tais como: Centro Internet Segura (www.internetsegura.pt); SeguraNet navegar em Segurança (www.seguranet.pt); Recomendações da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV); Recomendações do Instituto de Apoio à Criança (IAC), entre outros.

Tendo por objetivo a utilização de jogos na prevenção deste fenômeno considera-se que os aspetos lúdicos associados ao pedagógico/educativo presentes nos jogos são importantes estratégias para o ensino.

Os jogos didáticos têm vindo a ganhar um papel de extrema importância para o desenvolvimento das crianças, auxiliando-as no seu processo de aprendizagem. O aproveitamento dos jogos educativos poderá assim servir como uma alternativa à aprendizagem, uma vez, que surgirão como um ponto de equilíbrio no que se refere a valores adquiridos. No âmbito do bullying e cyberbullying salientam-se alguns instrumentos didáticos que foram criados em Portugal direcionados para a prevenção primária deste flagelo, tais como: o jogo “A Brincar e a Rir o Bullying

Vamos Prevenir”; o jogo Quiz4you – Seguranet da Science4you; o jogo PISCA Mega Quis, entre outros recursos digitais disponíveis nas principais plataformas de sensibilização para uma Internet mais segura (Formação de professores; Concurso "Desafios SeguraNet"; Conteúdos e materiais de sensibilização; Sessões de sensibilização nas Escolas; Campanha "Dia da Internet Mais Segura"; Campanha "Mês da Cibersegurança nas Escolas"; Recursos educativos; Selo de Segurança Digital; Líderes Digitais).

Não podemos concluir esta secção sem antes referir as inúmeras conferências, seminários, ações de formação e outras iniciativas similares que decorrem de norte a sul do país e que, não podem ser referidas aqui condignamente, mas que se assumem como um importante contributo na minimização destes fenómenos nos espaços educativos.

Considerações Finais

Genericamente, as conclusões sugerem a carência de formação específica para as comunidades educativas (alunos, professores e encarregados de educação) que forneçam estratégias de interação e de utilização responsável da Internet, assim como do fenómeno bullying em geral. Para além deste aspeto, os resultados apontam para a necessidade do controlo da família no uso das redes sociais pelas crianças e adolescentes e da atenção para os sinais de alerta do bullying no geral.

Em suma, com o espírito de que a melhor maneira de se viver em segurança é nunca nos sentirmos completamente seguros, alguns dos principais aspetos identificados nos 42 documentos bibliométricos da Web of Science e Scopus e noutras fontes relevantes foram:

Ao nível do bullying, o problema deve ser uma preocupação de todas as instituições, particularmente as escolas; a formação de pais e profissionais de educação é fundamental para se prevenir e detetar o fenómeno; não basta tomar conhecimento e criticar, é necessário atuar ativamente, apostando na prevenção primária; entre outros.

Ao nível do cyberbullying, os benefícios do uso da Internet superam os seus riscos; a atitude de proibir o seu uso não será certamente a solução, mas há que estar atento e educar para as TIC livres de bullying; o futuro da Internet depende do que fizermos dela hoje; entre outros.

Muitos dos estudos sobre o bullying e cyberbullying não são recentes, mas são temáticas que atualmente continuam a preocupar de forma intensa todas as instituições e a globalidade dos professores, educadores de infância e pais. Sendo um problema complexo, este adquire formas muito específicas que é necessário compreender para poder intervir. Neste sentido ao nível do bullying: o problema deve ser uma preocupação de todas as instituições, particularmente as escolas; a formação dos professores é fundamental, pois são os que podem prevenir e detetar mais facilmente este problema nas escolas, ainda que para tal seja necessário contarem com a formação inicial e permanente e ao mesmo tempo com o apoio de toda a sociedade. Strech (2004) já enfatizava a importância que todos devemos ter na prevenção do bullying, realçando a importância da atuação dos pais, dos educadores e dos professores. Não basta tomar conhecimento e criticar problemáticas da sociedade, torna-se relevante atuar de forma ativa apostando na prevenção primária no que ao fenómeno diz respeito.

Ao nível do cyberbullying conclui-se que os benefícios do uso da Internet superam os seus riscos; a atitude de proibir o seu uso não será certamente a solução; o futuro da Internet depende do que fizermos dela hoje; entre outros.

Referências Bibliográficas

- AMADO, J.; FREIRE, I. (2002). **Indisciplina e violência nas escolas. Compreender para prevenir.** Porto: Edições ASA.
- CAETANO, A. P.; FREIRE, I.; SIMÃO, A. M. V.; MARTINS, M. J. D.; PESSOA, T. (2016). **Emoções no cyberbullying: Um estudo com adolescentes portugueses.**

Educação e Pesquisa, 42(1), 199-212. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201603138125>

CARVALHOSA, S., MOLEIRO, C., SALES, C. (2009a). **A situação do bullying nas escolas portuguesas**. *Interacções*, 13, 125-146.

CARVALHOSA, S., MOLEIRO, C., SALES, C. (2009b). **Violence in Portuguese schools**. *Internacional Journal of Violence and School*, 9, 57-78.

CRICK, N.; CASAS, J.; KU, H. (1999). **Relational and physical forms of peer victimization in preschool**. *Development Psychology*. 376-385. doi: 10.1037//0012-1649.35.2.376

COSTA, M.; VALE, D. (1998). **A violência nas escolas**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO (DGE). (2012). **Lei nº51/2012, 05 de setembro – Estatuto do Aluno e Ética Escolar. Currículo. Legislação Geral**. Acedido de http://www.dge.mec.pt/legislacao_geral_curriculo#2012.

FISHER, H. L. et al. (2012). **Bullying victimisation and risk of self harm in early adolescence: longitudinal cohort study**. *BMJ: British Medical Journal*. doi: 10.1136/bmj.e2683

LAGO, A., MASSA, P., & PIEDRA, R. (2006). **Crianças contra crianças: o bullying, uma perturbação emergente**. *Revista Anales de Pediatría: artigo especial*, v. 64, nº2. (pp. 162-166).

LOPEZ, P., (2006). **Acoso Escolar. Desde el mal llamado bullying hasta el acoso al profesorado (especial análise de la reparación del dano)**. Barcelona: Ateier.

LOPES A.; FRACOLLI L. (2008). **Revisão sistemática de literatura e metassíntese Qualitativa: considerações sobre sua aplicação na Pesquisa em enfermagem**. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 17(4). (pp. 771-778).

KOWALSKI, R. M.; GIUMETTI, G. W.; SCHROEDER, A. N.; LATTANNER, M. R. (2014). **Bullying in the digital age: a critical review and meta-analysis of cyberbullying research among youth**. *Psychological Bulletin*. 140(4):1073-137.

MARQUES, A. (2017). **Jogo de luta e bullying no recreio escolar como distinguir entre Jogo de Luta e Luta a Sério no recreio escolar para uma intervenção consciente.** Editora: Novas Edições Acadêmicas.

MOHER D.; LIBERATI A.; TETZLAFF J.; ALTMAN D.G.; THE PRISMA GROUP (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. PLOS Medicine 6(7): e1000097. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>

OLWEUS, D. (1993). *Bullying at school.* Cambridge: Blackwell Publishers.

OLWEUS, D. (2000). The nature of bullying: A cross-national perspective. London: Routledge.

OXFORD ADVANCED LEARNER'S DICTIONARY OF CURRENT ENGLISH (6th Revised edition) (2000). Editora: Oxford University Press.

PEREIRA, B.; ALMEIDA, A.; VALENTE, L.; MENDONÇA, D. (1996). **O "Bullying" nas Escolas portuguesas: análise de variáveis fundamentais para a identificação do problema.** In: L. Almeida, J. Silvério, S. Araújo (orgs), Actas do II Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho, 71-81.

PEREIRA, B. (2002). **Para uma escola sem violência. estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PEREIRA, B. (2008). **Recreios escolares e prevenção da violência: dos espaços às actividades.** In Pereira, Beatriz e Carvalho, Graça Simões (Coordenadoras) (2008). *Actividade Física, Saúde e Lazer. Modelos de Análise e Intervenção.* Lisboa, LIDEL, Edições Técnicas, Lda.

PEREIRA, B.; SILVA, H.; NUNES, B. (2009). **Descrever o bullying na escola: estudo de um agrupamento de escolas no interior de Portugal.** Revista Diálogo Educacional. 9 (28). 455-466.

PEREIRA, B.; COSTA, P.; MELIM, F.; FARENZENA, R. (2011). **Bullying escolar: Programas de Intervenção Preventiva.** In M. L. Gisi & R. T. Ens (Eds.), *Bullying*

nas Escolas: Estratégias de Intervenção e Formação de Professores (1ª ed., pp. 205). Curitiba - Brasil: Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

RAMÍREZ, F. (2001). **Condutas agressivas na idade escolar**. Amadora: Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda.

RAIMUNDO, R.; SEIXAS, S. (2009). **Comportamentos de bullying no 1º Ciclo: Estudo de caso numa Escola de Lisboa**. Revista Interações, nº13. (pp. 164-186).

RIGBY, K. (1998). **The Relationship Between Reported Health and Involvement in Bully/ Victim Problems among Male and Female Secondary Schoolchildren**. Journal of Health Psychology, 3(4), 465–476.
<https://doi.org/10.1177/135910539800300402>

RODRIGUES, A. (2013). **Cyberbullying: um fenómeno emergente nos jovens portugueses**. Universidade de Coimbra.

SHARP, S.; SMITH, P. K. (1994). **Tackling Bullying in your school. A practical handbook for teachers**. London and New York: Routledge.

SEIXAS, S.; FERNANDES, L.; MORAIS, T. (2016). **Cyberbullying – Um guia para pais e educadores**. Lisboa: Plátano Editora.

SILVA, J.; BAZON, M.; CECÍLIO, S.; OLIVEIRA, W. (2014). **Bullying: Conhecimentos, Atitudes e Crenças de Professores**. Revista Psico. Porto Alegre. PUCRS. 45 (2). 147-156.

VANDEBOS, G. R. (Ed.). (2007). *APA dictionary of psychology*. Washington DC: American Psychological Association.

VAZ, C. (2020). Jogos antibullying. A percepção dos professores e educadores portugueses. *Pedagogia Social. Revista Interuniversitaria*, 35, 47-59.
DOI:10.7179/PSRI_2019.35.04

VILLA GIL, F. (2020). *El bullying que no cessa. Las bases de la violencia escolar*. Barcelona: Editorial Octaedro.

Sobre os Autores

	<p>Vitor Gonçalves</p> <p>Professor Adjunto no Departamento de Tecnologia Educativa e Gestão da Informação da Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Bragança (IPB). Doutor em Engenharia Electrotécnica e de Computadores e Mestre em Tecnologia Multimédia pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Licenciado em Informática de Gestão pela Universidade do Minho. Atualmente é Investigador do Centro de Investigação em Educação Básica do IPB, membro do GPITIC - Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Tecnologia da Informação e Comunicação, membro do GPISEC - Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Secretariado e coordenador do Gabinete de Relações Internacionais da ESE-IPB. A sua principal área de atuação é a informática (Tecnologia Educativa) - https://www.cienciavitaet.pt/A310-FFD6-55A1</p>
	<p>Cátia Emanuela Augusto Vaz</p> <p>Licenciada em Educação Social pela Escola Superior de Educação de Bragança do Instituto Politécnico de Bragança, Mestre em Educação Social pela Escola Superior de Educação de Bragança do Instituto Politécnico de Bragança e Doutoranda no Doutoramento de Ciências Sociais na Universidade de Salamanca. Docente Especialmente Contratada na Escola Superior de Educação de Bragança (IPB); atua na área da formação com foco em Educação presencial e à distância, Capacitação de profissionais na área da Cidadania e da Igualdade de Género, Formação Contínua, Jogos Educativos; Educação de Crianças e Jovens para a Prevenção Primária do Bullying Escolar; Supervisora Técnica da Casa de Trabalho Doutor Oliveira Salazar.</p>

Revista EducaOnline. Volume 15, Nº 1, Janeiro/Abril de 2021. ISSN: 1983-2664. Este artigo foi submetido para avaliação em 30/11/2020. Aprovado para publicação em 22/12/2020.